

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXMO. SR. RELATOR WANDERLEY AVILA CONSELHEIRO DA 2ª CÂMARA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Ofício TCE/MG nº 16561/2021

Processo n.: 1107618

Natureza: Denúncia

LÚCIA DE FÁTIMA LACERDA, brasileira, casada, agente administrativo, portadora da Carteira de Identidade nº MG-5.796.119 SSP/MG e CPF nº 875.893.036-15, residente e domiciliada na Rua Camilo Augusto de Andrade, nº 455, Bairro Vila Constantino, na cidade de Patrocínio/MG, na condição de Pregceira do Município de Patrocínio, vem perante Vossa Excelência, em atendimento ao ofício supra referido encaminhar docs., expor e requerer o que segue:

O Tribunal de Contas do Estado de Minas, através do nobre relator do presente processo, em função de Denúncia oferecida pela Empresa M & M Indústria Farmacêutica Eireli, nos solicita cópia das fases interna e externa do Pregão Registro de Preços nº 097/2021, e apresentação de documentação comprobatória de pesquisa realizada junto ao mercado, relativa à comprovação da desvantajosidade verificada, nos termos registrados no item 6, subitem 6.1.1 do Edital.

Requer ainda, caso o edital tenha sido retificado como consta no site da Prefeitura Municipal, que seja encaminhado, e



1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

caso não tenha sido seja o edital retificado encaminhado no prazo de 5(cinco) dias após sua publicação.

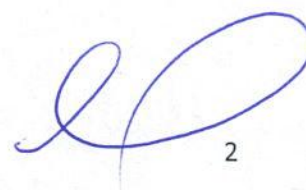
Em síntese, são as determinações desta Egrégia Corte de Contas.

Primeiramente, segue em anexo cópia do processo licitatório na íntegra, na fase em que se encontra.

Conforme consta nos autos do processo licitatório e adiante será demonstrado, a pregoeira do Município já acatou a impugnação apresentada pela Empresa M & M Indústria Farmacêutica Eireli e retificou o Edital através de ERRATA publicada no órgão oficial e divulgada no portal do Município, passando a fazer parte integrante do edital, fazendo constar os benefícios previstos nos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/06.

De toda forma, a título de argumentação, quanto à documentação comprobatória de pesquisa realizada junto ao mercado, relativa à comprovação da desvantajosidade verificada, nos termos registrados no item 6, subitem 6.1.1 do Edital, informamos que o Departamento de Licitação conseguiu junto a possíveis fornecedores orçamentos dos itens a serem licitados, docs. anexos ao processo licitatório. No entanto, tais orçamentos eram de ME e EPP.

Ocorre que, em pesquisa online no site Banco de Preços da Saúde, do Ministério da Saúde, docs. que ora se envia em apartado, verificou-se à época que os preços orçados com as ME e EPP eram muito superiores aos valores contratados por órgãos públicos através de empresas maiores, que não se enquadram no tratamento diferenciado da lei complementar nº 163/2006.



2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Sendo assim, na busca da proposta mais vantajosa e do interesse público, a pregoeira e equipe de apoio optou por inserir no edital o item 6, subitem 6.1.1, que assim dispôs:

“6.1.1 -Considerando que os itens de contratação, por se tratar de insumos de saúde, são fornecidos por grandes empresas com preços mais vantajosos para a Administração. Considerando o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e com fundamento no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº123/2006, não será concedido tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas e Pequeno Porte, que poderão participar da disputa ampla, garantido o direito ao empate ficto e a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para fins de assinatura do contrato.”

A previsão editalícia tinha por fundamento o art. 49, inc. III da lei complementar nº 123/2006, *in verbis*:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (Vide Lei nº 14.133, de 2021

(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

No entanto, como já informado, foi publicada errata alterando o texto do subitem 6.1.1, passando a vigorar com a seguinte redação:

“6.1.1 – Considerando que os itens nº 1(Álcool 5litros), nº 2(Álcool 500g), nº 4(FiltroRespiratório), nº 5 (Máscara VNI) e nº 7(Termomêtro), têm seus valores de referências menores que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e de acordo com os artigos 47 e 48, I da LC 123/06, os itens nº 1, 2, 4, 5 e 7 terão destinação exclusiva para

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e os itens nº 3(AventalCirúrgico) e nº 6(Seringa) têmseusvalores de referênciamaiores que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendoositens nº 3 e 6 de natureza divisível, será reservado cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de ME e EPP;

Destarte, tanto a impugnação quanto o entendimento do TCE/MG, foram atendidos com a retificação através de ERRATA, sendo concedidos os benefícios a ME e EPP.

Ressalta-se que, por mais evidenciado que seja através de resultados de licitações nos órgão públicos que os preços contratados com ME e EPP, na maioria das vezes, são superiores ao das maiores empresas, pelos motivos econômicos que for, é extremamente temeroso para o agente público responsável pela elaboração do edital bem como ao gestor público aplicar a exceção prevista no art. 49, inc. III da lei complementar nº 123/2006, pela sua subjetividade, podendo estar sujeitos a penalidades ao final do julgamento de processos.

Sendo assim, aplicam-se os benefícios a ME e EPP, privilegiando o princípio da legalidade em detrimento de outros princípios inerentes à administração pública.

Noutro ponto, necessário frisar que, além da alteração do texto do subitem 6.1.1, constou na errata a prorrogação da data da sessão, *in verbis*:

“Considerando que a alteração do edital interferirá na apresentação das propostas, redesignei a data da sessão para o dia 28 de setembro de 2021, às 14:00 horas, conforme publicado no portal do município e no Diário Oficial do Município – AMM, no dia 14/09/2021.”

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ocorre nobre relator, que após melhor análise, verificou-se que, além da alteração do item 6.1.1, faz-se necessária a alteração dos quantitativos no Anexo de Itens do Edital, especificamente para RESERVAR 25% do quantitativo dos itens referidos para ME e EPP e 75% para COTA GERAL.

Mediante isto foi publicada a SUSPENSÃO da data de abertura dos envelopes até que seja efetuada a alteração dos quantitativos para posterior REPUBLICAÇÃO do edital, o qual será encaminhado para o TCE/MG no prazo determinado.

Diante do exposto, e em atendimento à intimação do nobre relator, encaminhamos anexo a este, cópia integral do processo licitatório Pregão Registro de Preços nº 097/2021, contendo orçamentos prévios e, em apartado, cópia de consulta de preços no site “Banco de Preços da Saúde”, do Ministério da Saúde.

Pede deferimento.

Patrocínio, 21 de setembro de 2021.



LÚCIA DE FÁTIMA LACERDA

Pregoeira